

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. _____

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE POPULARIZAÇÃO DE CIÊNCIAS DO SEMIÁRIDO (IMSA),
NO CAMPUS CENTRAL DA UFERSA, EM MOSSORÓ/ RN.**

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (☒) OBRA / (☐) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

O objeto se enquadra na definição de obra, trazida pela Lei nº 14.133/2021, em seu art. 6º, inciso XII, *in verbis*:

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Isto é, trata-se de: i) atividade privativa das profissões de arquiteto e engenheiro; bem como, ii) importa em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais do imóvel.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (☐) COMUM / (☐) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

(☒) empreitada por preço unitário

- () empreitada por preço global
- () empreitada integral
- () contratação por tarefa
- () contratação integrada
- () contratação semi-integrada
- () fornecimento e prestação de serviço associado

Inicialmente, destaca-se que o Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU, cuja revisão fora aprovada pela Portaria-SEGECEX nº 33, de 07 de novembro de 2012¹, já trazia uma importante aceção acerca do tema:

321. As maiores controvérsias quanto à escolha e à operacionalização de determinado regime de execução referem-se às empreitadas. Pela letra da lei, não fica claro como e quando utilizar cada um dos regimes de execução por empreitada definidos pelo legislador.

*322. A escolha do regime de execução da obra não é decisão de livre arbítrio do gestor, visto que deve ser pautada pelo interesse público e estar sempre motivada, pois impactará as relações entre contratado e contratante, as medições do contrato firmado, seus aditivos, entre outros fatores relacionados à gestão do empreendimento contratado. **Decorre desse entendimento a constatação de que não existe, em tese, um regime de execução melhor que outro, e sim um regime que, no caso concreto, melhor atende ao interesse público. (com grifos)***

Cabe depreender, portanto, que a escolha do regime de execução não é “automática”, levando-se em consideração tão somente a tipologia da obra/serviço, mas envolve a análise do caso concreto, a fim de escolher o regime que melhor atenda ao interesse público.

Da análise do contexto do caso concreto, por se tratar de obra de pequeno porte, vislumbrou-se como mais adequada a adoção da Empreitada por Preço unitário (EPU), tendo em vista que este regime de execução, entre outros, propicia a participação maior de empresas de pequeno porte da região, viabilizando a maior competitividade e o desenvolvimento regional. Explica-se melhor cada ponto, a seguir.

A sistemática do regime de EPU propicia a participação maior no certame de empresas de pequeno porte da região, pelas seguintes razões: a) no regime de EPU se contrata a obra por

¹ Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br/contas-e-fiscalizacao/controle-e-fiscalizacao/auditoria/normas-de-fiscalizacao/auditoria-em-areas-especificas.htm> > Acesso em 24 de março de 2025.

preço certo de unidades determinadas e a remuneração é feita em razão dos quantitativos efetivamente executados, o que resulta na mitigação do risco do negócio para a empresa executora; b) a realização de medições mensais exige que as empresas tenham um menor “fôlego” financeiro, em comparação ao que necessitariam ter no regime de empreitada por preço global, no qual a remuneração é feita somente após a conclusão de etapas pré-definidas do objeto – fato que, notadamente, configura uma restrição para as empresas de menor porte. Dessa forma, a adoção do regime de EPU permite a participação no certame de maior número de concorrentes, propiciando aumento na competitividade e contribuindo com o desenvolvimento regional.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Não se aplica.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (X) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) engenharia, (X) arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) ART, (X) RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**: Não se aplica.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**: Não se aplica.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(X) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, () FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(X) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso:

A definição dos custos de referência observou as disposições do art. 23, o § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e sua regulamentação. Nesse ensejo, a IN – Seges/ME nº 91/2022, em seu art. 1º, assim dispõe:

“Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado nos processos de licitação e de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”.

Portanto, com base nas disposições do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece a ordem prioritária, quanto às fontes de referência de preços de mercado para orçamentos de obras e serviços de engenharia, montou-se a seguinte tabela, adaptada de Mendes (2013)²:

| Prioridade | Fonte de referência | Exemplos |
|------------|--------------------------------------|----------------|
| 1º | Sistemas oficiais de custos federais | SINAPI, SICRO. |
| 2º | Outros sistemas federais | Codevasf. |

² MENDES, André. Aspectos Polêmicos de Licitações e Contratos de Obras Públicas, 1º Ed. PINI. São Paulo, 2013.

| | | |
|----|----------------------------------|-------------------------------|
| 3º | Sistemas estaduais ou municipais | Caern, Seinfra/CE, Orse/SE. |
| 4º | Sistemas e tabelas privados | Pini, SBC. |
| 5º | Cotações de mercado | Lojas on-line, lojas físicas. |

A ordem de prioridade estabelecida acima fora a seguida na elaboração do orçamento da obra. Importante observar que, por se tratar de obra de edificação, deu-se prioridade a utilização do SINAPI. As demais fontes foram utilizadas de forma subsidiária e sempre seguindo a ordem de prioridade acima, como estabelecido na legislação.

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos).

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) (X) planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s)

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

(**X**) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(**X**) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (**X**) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (**X**) médio ou () 3º quartil.

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas: **Não se aplica**.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(**X**) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa: **Não se aplica**.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(☒) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☒) INSUMOS e (☒) SERVIÇOS.

(☐) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☐) INSUMOS e aos (☐) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa: [Não se aplica.](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (☐) DESONERADOS ou (☒) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas técnicas** abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio** :

Administração central: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil.

Seguro e garantia: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil.

Risco: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil.

Despesa financeira: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil.

Lucro: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas: [Não se aplica.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (**X**) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

No orçamento da obra, foi aplicado “BDI reduzido” para o item 21.1, da planilha de orçamento sintético – Plataforma elevatória para portador de necessidades especiais. Passa-se a justificativa técnica.

Inicialmente, sobre a adoção do BDI reduzido é importante observar os ditames da Súmula nº 253/2010, do TCU:

SÚMULA TCU 253: *Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.*

Além das condicionantes listadas na Súmula acima, o Decreto nº 7.983/2013, art. 9º, §2º, dispõe que no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição.

Ante o exposto, os pressupostos para justificar a aplicação do BDI reduzido sobre os equipamentos podem ser sintetizados nas seguintes indagações:

- a) É inviável técnico-economicamente o parcelamento do objeto?
- b) A construtora atuará como mera intermediadora no fornecimento do equipamento?
- c) A plataforma a ser instalada é equipamento com projetos e instalações padronizados, de fabricação regular?
- d) O valor do equipamento é percentualmente significativo em relação ao preço global da obra?

Primeira questão: a resposta é afirmativa. A inclusão da plataforma no escopo da obra é tecnicamente e economicamente conveniente para a administração. Nesse cenário, a construtora se responsabilizará por adquirir o equipamento que atenda todas as especificações técnicas indicadas pela UFERSA e executará a caixa de alvenaria, elementos auxiliares, instalações elétricas, em conformidade com as recomendações do fabricante do equipamento escolhido. A aquisição do equipamento em separado geraria uma série de dificuldades administrativas, com risco de perda de padronização e qualidade e além dos custos de outro processo licitatório.

Segunda questão: Sim. A contratada não será a fabricante ou produtora do equipamento.

Terceira questão: A resposta é positiva. Trata-se de modelo convencional de plataforma elevatória de passageiros, de ampla comercialização.

Quarta questão: A resposta é positiva. De acordo com a Curva ABC de serviços, os serviços em apreço estão situados na Curva A de serviços – rol dos serviços mais impactantes do orçamento da obra.

Dessa forma, pelas razões supracitadas justifica-se a aplicação de BDI reduzido para a plataforma elevatória, item 21.1 da planilha orçamentária da obra.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(☒) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(☐) foi adotado o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☒) médio ou (☐) 3º quartil.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(☒) FOI juntado aos autos.

(☐) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro: [Não se aplica.](#)

(☐) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

(☐) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

(☒) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação.

(☐) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☒) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

De acordo com a Lei Federal n.º 5.194/66 e a Resolução n.º 1.121/2019 do Confea, o registro no CREA é obrigatório a toda pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e demais áreas tecnológicas fiscalizadas pelo Sistema CONFEA/CREA.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

- Execução de estrutura de concreto armado, com volume mínimo de 75 m³, de edificação com 2 (dois) ou mais pavimentos – itens 3.2.5, 3.3.9, 4.1.10, 4.1.11, 4.2.7 e 4.3.5.

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

- Execução de estrutura de concreto armado, com volume mínimo de 75 m³, de edificação com 2 (dois) ou mais pavimentos – equivalente ao percentual de 40% dos quantitativos licitados.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será () ACEITO ou (☒) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Faz-se opção pela vedação ao somatório de atestados, no presente caso, pois os critérios de volume da estrutura de concreto (mínimo de 100 m³), conjugado com o número de pavimentos (dois ou mais), destinam-se a estabelecer o patamar de complexidade técnica mínimo, bem como mensurar a capacidade operativa da licitante.

Nos exatos termos do Acórdão nº 2.150/2008- Plenário, do TCU, é admitida a vedação de somatório de atestados, quando *“o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço”*. Situação que se amolda, perfeitamente, ao presente caso concreto.

Conforme destacado por Mendes (2013), há situações em que quantitativos de serviços não podem ser automaticamente e simplesmente somados, tais como vãos de pontes e números de pavimentos de um edifício. Seria indevida, a conclusão de que se uma empresa que apresente atestado de execução de 10 pontes com 10 m de vão cada, estaria habilitada para construção de uma ponte de 100 m; da mesma forma, a execução de várias estruturas de concreto de pequena monta, destoa em grau de complexidade da execução de estruturas maiores, em edificações com mais de um pavimento.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(**X**) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Engenheiro Civil ou Arquiteto: comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço de engenharia, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos seguintes serviços, que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação:

- **Execução de estrutura de concreto armado, com volume mínimo de 75 m³, de edificação com 2 (dois) ou mais pavimentos.**

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição, nos termos do artigo 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será () FACULTATIVA ou (**X**) OBRIGATÓRIA, e o licitante (**X**) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

A Lei nº 14.133/2021 determina que a o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º).

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (**X**) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

A subcontratação ficará limitada a até 35% (trinta e cinco, por cento) do valor total do contrato (art. 122, §2º da Lei nº 14.133/21).

Poderão ser subcontratados as seguintes etapas/serviços da obra:

- Forro (etapa nº 7, do orçamento);
- Instalações elétricas (etapa nº 8, do orçamento);
- Instalações de lógica e vídeo (etapa nº 9, do orçamento);
- Instalações de ar-condicionado (etapa nº 10, do orçamento);
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (etapa nº 11, do orçamento);
- Instalações de água fria (etapa nº 12, do orçamento);
- Instalações de esgoto (etapa nº 13, do orçamento);
- Granitos, louças e metais (etapa nº 14, do orçamento);
- Instalações de águas pluviais (etapa nº 15, do orçamento);

- Esquadrias, ferragens e vidros (etapa nº 19 do orçamento);
- Pinturas (etapa nº 20, do orçamento);
- Acessibilidade (etapa nº 21, do orçamento);
- Urbanização (etapa nº 22, do orçamento); e
- Serviços complementares (etapa nº 23, do orçamento).

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (**X**) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (**5,0 %**) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5,0% (cinco, por cento) do valor total estimado da contratação, definido com base em levantamento realizado entre empresas participantes das últimas licitações da UFERSA, bem como, levando-se em conta o valor estimado da contratação.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios.

(**X**) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

Não se justifica a formação de consórcio por se tratar, relativamente, de obra de pequena magnitude e complexidade.

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (**X**) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

A impossibilidade de participação de cooperativas no certame se justifica pelo fato de a presente contratação envolver o exercício de atividade que demanda a existência de vínculos de emprego/subordinação de mão de obra com a pessoa jurídica contratada, conforme art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (☒) EXIGIDA ou (☐) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A solicitação de garantia contratual visa a proteção do interesse público e a garantia de que os recursos públicos serão aplicados de forma adequada e eficiente, minimizando os riscos de prejuízos à administração pública em caso de descumprimento contratual pela empresa contratada.

20. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(☒) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(☒) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(☒) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(☒) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Mossoró, 10 de julho de 2025,

RAFAELY ANGELICA FONSECA BANDEIRA
Diretora de Projetos e Obras